

Parlamentarismo ganha na Comissão

Franklin Martins e
Teresa Cardoso

BRASÍLIA — Se o sistema de governo for decidido no voto na Comissão de Sistematização, o presidente José Sarney pode ir se preparando para sofrer uma grande derrota. Dos 93 integrantes da Comissão, pelo menos 55 são favoráveis ao parlamentarismo, embora oito deles se inclinem por uma fórmula de implantação gradual do regime de gabinete.

Os presidencialistas estão em franca minoria. Contam apenas com 33 votos. Cinco constituintes da Sistematização não foram ouvidos. No PMDB, que tem 49 representantes na Comissão, há 29 parlamentaristas (dos quais quatro gradualistas) e 13 presidencialistas. Três deputados não foram localizados.

Tendências — O PFL é presidencialista na Comissão, mas por margem estreita: 12 a 11. Um deputado não foi encontrado. No PDS há um empate: 3 a 3, mas o deputado José Luís Maia, que está disposto a votar no regime de gabinete, só o aceita para depois do governo Sarney.

O PTB dará seus três votos ao parlamentarismo. Os três pedetistas, ao contrário, querem manter o presidencialismo. Os dois petistas da Comissão — Luís Inácio Lula da Silva e Plínio de Arruda Sampaio — pessoalmente são parlamentaristas, mas, cumprindo orientação do partido, votarão no presidencialismo, a menos que essa posição seja modificada na reunião do diretório nacional marcada para o próximo dia 20.

O PC do B, o PL, o PCB, o PDC e o PSB têm um representante cada um na Sistematização. Todos eles são parlamentaristas. O último membro da Comissão, o senador Antônio Farias, do Partido Municipalista Brasileiro, não foi encontrado.

Cautela — Embora esses números recomendem prudência ao Palácio do Planalto, o líder do governo, Carlos Sant'Anna, ainda acha possível reverter o quadro. Poucos constituintes, porém, acreditam numa reviravolta. "Os membros da Sistematização têm posições conhecidas. A possibilidade da pressão fisiológica funcionar dentro dela é pequena, bem menor do que em um universo amplo, onde muitos podem se esconder na sombra e no silêncio", avalia o senador José Fogaça (PMDB-RS), um dos principais articuladores do bloco parlamentarista.

Para Fogaça — que contabiliza, em seus cálculos pessoais, 58 votos

favoráveis ao novo sistema de governo na Sistematização — ou o governo curva-se à evidência de que a Comissão é majoritariamente parlamentarista ou terá de caminhar para uma derrota certa. Ele lembra que o relator Bernardo Cabral já declarou que sem um amplo acordo que reúna a maioria dos membros da Sistematização, manterá no novo substitutivo o parlamentarismo puro, baseado em emenda do senador Afonso Arinos. Essa disposição de Cabral, ao ser conhecida, irritou profundamente o presidente Sarney.

Se isso ocorrer, a margem de manobras do Planalto se reduzirá bastante. "Os presidencialistas são pouco mais de um terço do plenário. Além disso, estão divididos. O PT, o PDT, por exemplo, dificilmente votarão numa emenda patrocinada pelo Planalto", diz Fogaça, ressaltando que, pelo Regimento Interno, não é possível derrubar pura e simplesmente um artigo do substitutivo, o que facilitaria as alianças. É necessário que uma emenda reúna o apoio da maioria do plenário — ou seja, 47 votos — para modificar o texto.

Esse raciocínio deixa os parlamentaristas numa posição cômoda. Nas últimas semanas, a maioria deles evoluiu para uma fórmula mais branda, que atribui um papel mais ativo ao presidente da República na formação do governo, segundo emenda apresentada pelo senador Nélson Carneiro (PMDB-RJ). Ao darem esse passo, eles esperavam facilitar a negociação com Sarney. Mas o Planalto não se mexeu, pelo menos na discussão da questão essencial: a aceitação de que as funções de chefe de estado e chefe de governo devem ser nitidamente separadas.

Se o impasse continuar, pode ser que tampouco os adeptos da emenda do senador fluminense consigam os 47 votos necessários para sua aprovação. Mas, nesse caso, o mais provável é que permaneça o parlamentarismo puro proposto por Arinos — a pior alternativa para Sarney.

Outra hipótese de negociação é a implantação gradual do parlamentarismo, com seis anos de mandato para Sarney, tese que vem sendo defendida pelo senador José Richa e pelo deputado Cid Carvalho, no PMDB, e pelo senador Carlos Chiarelli, no PFL. Mas essa fórmula esbarra em resistências poderosas da Sistematização e mexe, ao mesmo tempo, em muitas pedras no tabuleiro. Ulysses, por exemplo, não concorda com seis anos para Sarney. O PT e o PDT também não admitem essa possibilidade e tudo farão para evitá-la.

As três hipóteses de governo de gabinete

Fórmula de Arinos — O presidente da República exerce a chefia do Estado e das Forças Armadas, cabendo-lhe garantir o livre exercício das instituições democráticas. Esse sistema de Gabinete se instalaria imediatamente após a promulgação da nova Constituição e a chefia de Governo passaria das mãos de Sarney para as de um primeiro-ministro, a quem ele teria poderes para nomear e exonerar. Acontece que, apesar de eleito pelo voto direto, o presidente perderia a maioria de seus poderes para esse *premier*.

Fórmula de Nélson — O presidente da República é o chefe de Estado, o árbitro do Governo e o comandante supremo das Forças Armadas. Só excepcionalmente, e com a aprovação do Conselho de Estado, o presidente poderia demitir o governo e indicar um outro nome para primeiro-ministro. Rejeitado esse nome, a Câmara deveria eleger um outro por dois terços dos seus votos. Se não o conseguisse, o presidente poderia dissolver o Parlamento.

Fórmula de Cid — O regime de Gabinete proposto pelo deputado Cid Carvalho tem quase tudo o que Afonso Arinos conseguiu inserir no projeto de Constituição de Bernardo Cabral, mas inova com a tese do gradualismo. O sistema de Gabinete se instalaria no próximo ano, mas apenas no papel. Em vez de nomear um primeiro-ministro, Sarney acumularia as funções de Chefe de Estado e Chefe de Governo. Até o final do seu governo, não haveria também dissoluções do Parlamento e o Parlamentarismo se instalaria, na prática mesmo, só na eleição do seu sucessor.

Parlamentaristas

PMDB — Abigail Feitosa, Aluizio Campos, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, João Herrmann, José Fogaça, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisof, José Richa, José Serra, José Ulysses de Oliveira, Mário Lima, Nélson Carneiro, Nélson Jobim, Nelson Friedrich, Osvaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Severo Gomes, Virgildásio Senna e Wilson Martins.

PFL — Afonso Arinos, Alcení Guerra, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, José Jorge, José Lins, José Thomas Nonô, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Mendes Thame e Sandra Cavalcante.

PDS — Gerson Peres, José Maia e Konder Reis; PTB — Francisco Rossi, Gastone Righi e Joaquim Bevilacqua; PL — Adolfo Oliveira; PDC — Siqueira Campos; PC do B — Haroldo Lima; PCB — Roberto Freire; e PSB — Jamil Haddad

Presidencialistas

PMDB — Alfredo Campos, Almir Gabriel, Carlos Sant'Anna, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Lyra, João Calmon, Manoel Moreira, Milton Reis, Nilson Gibson, Prisco Vianna, Raimundo Bezerra, Renato Vianna e Theodoro Mendes.

PFL — Aloysio Chaves, Christovam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Francisco Dornelles, Francisco Benjamin, Inocêncio Oliveira, Luís Eduardo, Oscar Correa, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel e Ricardo Friúza.

PDS — Darcy Pozza, Jarbas Passarinho e Virgílio Távora; PDT — Brandão Monteiro, José Maurício e Lysâneas Maciel; e PT — Luís Inácio Lula da Silva e Plínio Arruda Sampaio.